


ADEQUAÇÃO REDACIONAL

(AO PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2016 – mpv 726, DE 2016)

Aprovado.
Em 08/09/16



Dê-se nova redação a todos os dispositivos do PLV nº 20, de 2016, onde haja a expressão “Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle – CGU”, passando a valer a nomenclatura “Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU”.

JUSTIFICATIVA

A presente adequação redacional somente visa explicitar a sigla “-CGU”, constante no texto do PLV aprovado pela Câmara, na nomenclatura do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, passando o mesmo a ser denominado “Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União”. Ressalte-se que se trata de somente adequar a redação final do texto àquilo que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, não consubstanciando alteração de mérito.

Sala das sessões,


Senador ROMERO JUCÁ



Aprovado
Em 08/09/16

EMENDA nº – PLEN (REDAÇÃO)
(ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2016 – MPV 726 de 2016)

Dê-se ao inciso IV do art. 6º do PLV 20 de 2016 a seguinte redação:

Art. 6º Ficam transferidas as competências:

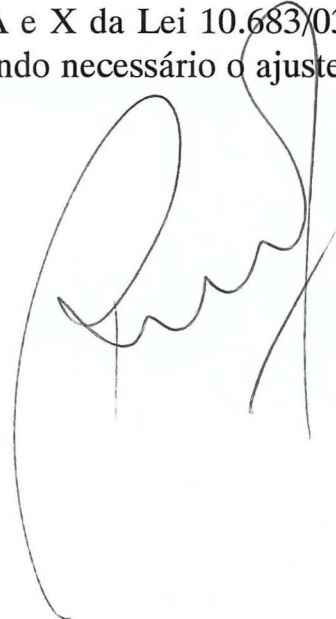
...


IV - do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos para o Ministério da Justiça e Cidadania, ressalvadas as competências sobre políticas para a juventude;

JUSTIFICAÇÃO

A partir de uma leitura sistêmica do texto do PLV 20/2016, verifica-se que as competências sobre políticas para a juventude foram transferidas à Secretaria de Governo (art. 3º, §1º, III e IV da Lei 10.683/03, na forma dada pelo art. 12 do PLV 20/2016), assim como foram incorporados à sua estrutura organizacional a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude (art. 3º, §2º, IV-A e X da Lei 10.683/03, na forma dada pelo art. 12 do PLV 20/2016), tornando necessário o ajuste redacional apresentado.

Sala das Sessões,



Aprovado.
Em 08/09/16


EMENDA nº – PLEN (REDAÇÃO)
(ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2016 – MPV 726 de 2016)

Dê-se ao inciso XIX do art. 8º do PLV 20 de 2016 a seguinte redação:

Art. 8º Ficam transformados os cargos de:

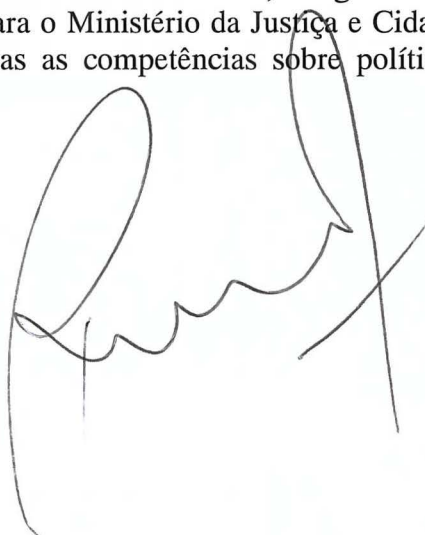
.....

XIX - Natureza Especial de Secretário Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos em cargo de Natureza Especial de Secretário Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania; e

JUSTIFICAÇÃO

O Art. 8º, XIX, na forma como foi aprovado pela Câmara dos Deputados, não indica a que órgão está vinculado o cargo de Secretário Especial de Políticas para as Mulheres. A menção ao Ministério da Justiça e Cidadania que se propõe com a presente emenda é mera decorrência da leitura sistêmica do PLV 20/2016, que transferiu as competências, os órgãos e entidades do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foram transferidas para o Ministério da Justiça e Cidadania (art. 6º, IV, art. 7º, IV, art. 8º, VII), ressalvadas as competências sobre políticas para a juventude.

Sala das Sessões,



Aprovado.
Em 08/09/16


EMENDA nº – PLEN (REDAÇÃO)
(ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2016 – MPV 726 de 2016)

Dê-se ao inciso IV do art. 7º do PLV 20 de 2016 a seguinte redação:

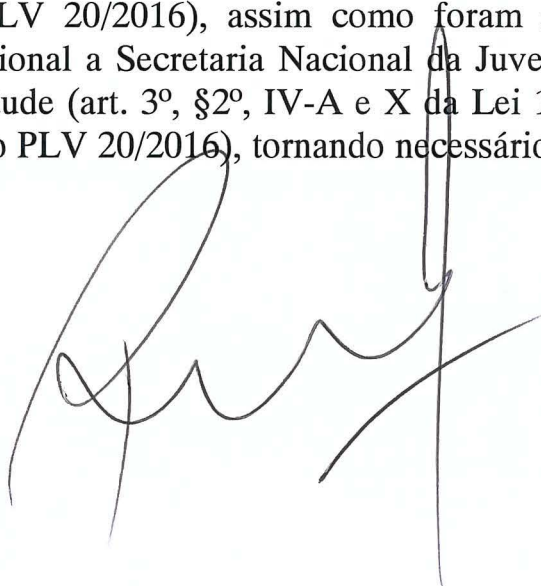
Art. 7º Ficam transferidos os órgãos e as entidades supervisionadas, no âmbito:

.....

IV - do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos para o Ministério da Justiça e Cidadania, ressalvados aqueles com competências relativas a políticas para a juventude;

JUSTIFICAÇÃO

A partir de uma leitura sistêmica do texto do PLV 20/2016, verifica-se que as competências sobre políticas para a juventude foram transferidas à Secretaria de Governo (art. 3º, §1º, III e IV da Lei 10.683/03, na forma dada pelo art. 12 do PLV 20/2016), assim como foram incorporados à sua estrutura organizacional a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude (art. 3º, §2º, IV-A e X da Lei 10.683/03, na forma dada pelo art. 12 do PLV 20/2016), tornando necessário o ajuste redacional apresentado.



Sala das Sessões,

5F/16821.45239-90

Aprovado.
Em 08/09/16

EMENDA nº – PLEN (REDAÇÃO)
(ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2016 – MPV 726 de 2016)



Dê-se à alínea e, do inciso I do artigo 18 do PLV 20/2016 a seguinte redação:

Art. 18. Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003:

...

e) os incisos XII e XIII do caput do art. 3º;

JUSTIFICAÇÃO

A redação atual do inciso XII do caput do art. 3º da Lei 10.683/03 confere à Secretaria de Governo competências com relação à prevenção da ocorrência e à articulação do gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional. A partir da leitura sistêmica do PLV 20/2016 depreende-se que tais competências foram transferidas para o Gabinete de Segurança Institucional, de acordo com a redação conferida ao art. 6º, III da Lei 10.683/03, na forma dada pelo art. 12 do PLV 20/2016. Registre-se, por fim, que no corpo do texto da redação final do PLV 20/2016 estão registradas as revogações não só do inciso XIII, mas também do inciso XII do art. 3º da Lei 10.683/03.

Sala das Sessões,

